

PANDEMIA DE COVID19 E O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: ANÁLISE DO AUMENTO DE SOLICITAÇÕES DE TRANCAMENTO DE MATRÍCULA EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL

*COVID19 PANDEMY AND EMERGENCY REMOTE EDUCATION: ANALYSIS OF THE
INCREASE OF ENROLLMENT LOCKING REQUESTS IN A FEDERAL INSTITUTION*

*COVID19 PANDEMIA Y EDUCACIÓN REMOTA DE EMERGENCIA: ANÁLISIS DEL
AUMENTO DE SOLICITUDES DE BLOQUEO DE MATRÍCULA EN UNA INSTITUCIÓN
FEDERAL*

Fernando Mendes Tiago

E-mail: fernando.tiago@ifsp.edu.br

Andreia de Almeida

E-mail: andreiaidealmeida@ifsp.edu.br

Marcelle Christiane Gomes do Nascimento Barros

E-mail: marcelle.barros@ifsp.edu.br

Rita Schlinz

E-mail: rssouza@ifsp.edu.br

Rivaldo Sampaio de Oliveira Junior

E-mail: rivaldo.junior@ifsp.edu.br

RESUMO

Este artigo discute resultados parciais da análise de trancamentos de matrículas em um Câmpus da Rede Federal durante o primeiro ano da Pandemia Covid-19. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa, que fez uso dos dados de solicitações feitas por meio do sistema Secretaria Online. Foram analisadas 154 solicitações de trancamento que evidenciaram o aumento de 71,11% em comparação com o ano anterior. Em uma segunda etapa, foram separadas e analisadas 62 requisições que descreviam os motivos entre duas macro-categorias sugeridas pelos autores: Ensino Remoto Emergencial e Pandemia. Esta etapa permitiu identificar os impactos causados pela pandemia na vida pessoal que se relacionam com a evasão escolar. A análise também permitiu observar a relação direta entre o aumento do número de solicitações e a implantação do Ensino Remoto Emergencial. O abandono escolar já era uma problemática presente no campo da educação, porém o fenômeno Covid-19 repercutiu nas relações escolares, derivando novas formas de interação educacional, e sobretudo, acarretando o aumento de casos de evasão. Assim, este estudo tem como objetivo analisar as possíveis causas da evasão escolar em tempos de pandemia, no intuito subsidiar e ampliar o debate sobre os desafios impostos e possíveis intervenções que visem minimizar estes impactos.

PALAVRAS-CHAVE: Evasão Escolar. Educação a Distância. Secretaria Escolar.

ABSTRACT

This article discusses partial results of the analysis of enrollment locks in a Federal Network Campus during the first year of the Covid-19 Pandemic. This is a quantitative-qualitative research, which used data from requests

made through the Secretaria Online system. 154 lockdown requests were analyzed, showing an increase of 71.11% compared to the previous year. In a second stage, 62 requests that described the reasons between two macro-categories suggested by the authors were separated and analyzed: Emergency Remote Teaching and Pandemic. This step allowed us to identify the impacts caused by the pandemic on personal life that are related to school dropout. The analysis also allowed us to observe the direct relationship between the increase in the number of requests and the implementation of Emergency Remote Teaching. Dropping out of school was already a problem present in the field of education, but the Covid-19 phenomenon had an impact on school relations, resulting in new forms of educational interaction, and above all, leading to an increase in dropouts. Thus, this study aims to analyze the possible causes of school dropout in times of pandemic, in order to support and broaden the debate on the challenges imposed and possible interventions aimed at minimizing these impacts.

KEYWORDS: School Dropout. Distance Education. School Secretary.

RESUMEN

Este artículo analiza los resultados parciales del análisis de los bloqueos de inscripción en un campus de la red federal durante el primer año de la pandemia Covid-19. Se trata de una encuesta cuantitativa-cualitativa, que utilizó datos de solicitudes realizadas a través del sistema Secretaria Online. Se analizaron 154 solicitudes de encierro, las cuales arrojaron un incremento del 71,11% respecto al año anterior. En una segunda etapa, se separaron y analizaron 62 solicitudes que describían las razones entre dos macrocategorías sugeridas por los autores: Enseñanza Remota de Emergencia y Pandemia. Este paso nos permitió identificar los impactos causados por la pandemia en la vida personal que están relacionados con la deserción escolar. El análisis también permitió observar la relación directa entre el aumento en el número de solicitudes y la implementación de la Enseñanza Remota de Emergencia. La deserción escolar ya era un problema presente en el ámbito educativo, pero el fenómeno Covid-19 repercutió en las relaciones escolares, generando nuevas formas de interacción educativa y, sobre todo, provocando un aumento de la deserción. Así, este estudio tiene como objetivo analizar las posibles causas de la deserción escolar en tiempos de pandemia, con el fin de apoyar y ampliar el debate sobre los desafíos impuestos y las posibles intervenciones encaminadas a minimizar estos impactos.

PALABRAS-CLAVE: Abandono de escuela. Educación a distancia. Secretaria de la escuela..

INTRODUÇÃO

O presente estudo visa subsidiar e ampliar o debate em torno da evasão escolar em decorrência da Pandemia Covid-19, tendo como ponto de partida a análise quantitativa das solicitações de trancamento de matrícula feitas pelos estudantes¹ de um Câmpus da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, compreendidas entre o período de março de 2020 à março de 2021. Nestas solicitações, o estudante justificou seu pedido em decorrência dos efeitos da pandemia na sua vida pessoal, familiar, acadêmica ou profissional. O levantamento foi baseado em dados do sistema Secretaria Online que este Câmpus utiliza para intermediar as solicitações dos estudantes à secretaria.

Embora não se considere tarefa simples determinar as causas do fenômeno da evasão escolar, há que se compreender que o atual cenário instaurado pela crise sanitária e social

¹ Os estudantes que o artigo se refere são aqueles matriculados nas modalidades de ensino técnico concomitante ou subsequente ao médio, cursos superiores ou de pós-graduação. Não fazem parte desta pesquisa os estudantes do ensino técnico integrado ao médio, que compõem a educação básica e por isso dispensam outro tipo de procedimento para o desligamento do curso.

decorrente da Covid-19 trouxe muitos agravantes que ultrapassam as questões puramente educativas. Para introduzir nossa reflexão ao tema proposto neste artigo, partiremos da discussão acerca da evasão e o direito à educação, trazendo à luz algumas acepções teóricas. Ao debruçar sobre o fenômeno, espera-se subsidiar as políticas educacionais de combate a evasão.

O artigo também se propõe a analisar as principais medidas adotadas pela Instituição neste período emergencial sem precedentes, por meio das Portarias emitidas. Para tanto, apresenta a trajetória do escopo legal e normativo em ordem cronológica, traçando um paralelo entre as decisões emanadas pela Instituição e o aumento das solicitações de trancamento de matrícula, nesse Câmpus específico, após a suspensão das aulas presenciais e adoção do modelo de Ensino Remoto Emergencial (ERE).

O desfecho do estudo aponta alguns aspectos importantes no combate a evasão no ensino profissional e tecnológico, que devem ser consideradas na elaboração de ações e medidas que visem o enfrentamento do fenômeno.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394/96, tem como um de seus princípios no Art. 3º a “igualdade de condições de acesso e permanência escolar”, (BRASIL, 1996). Apesar de avançarmos em relação ao acesso, o investimento em relação a permanência não caminha no mesmo ritmo, a evasão é um fantasma que assombra os bancos escolares do Brasil. Estudos discorrem os múltiplos fatores que levam crianças e jovens para fora da escolarização, rompendo seus processos formativos.

Diante disso é importante retomarmos alguns fatores que contribuem para o afastamento dos estudantes aos bancos escolares. Tacca e González Rey nos colocam alguns equívocos em relação a padronização da democratização do saber em nossa sociedade, segundo eles, essa padronização levaria ao sucesso de poucos.

A escola então comete, possivelmente, entre outros, o que identificamos aqui como cinco equívocos: 1) fragmentar o conhecimento; 2) padronizar o conhecimento; 3) padronizar as pessoas; 4) considerar a aprendizagem apenas em sua dimensão reprodutiva, sem assumir a possibilidade de sua produção, e 5) evitar considerar a aprendizagem como função do sujeito, no âmbito da configuração subjetiva e da produção de sentido subjetivo (TACCA; GONZÁLEZ REY, 2008, p. 141).

Certamente os aspectos fragmentação, padronização de conhecimentos e de pessoas corrobora com o fracasso escolar, não podemos desconsiderar as desigualdades sociais do Brasil. Em seu trabalho Tacca e González Rey (2008) nos apontam a relação idade e motivação ao estudo.

Os alunos, quanto mais novos em idade, mais confiança e disposição irão ter para acompanhar os pais e professores na argumentação da necessidade de dedicação aos estudos. No entanto, essa crença começa a esmorecer quando, justamente pela imposição do modelo acima exposto, aparecem os desacertos, os contrastes, que não são entendidos e acompanhados pela escola e pelos professores na perspectiva da eclosão da diversidade. Ao contrário, o desacerto tenderá a ser incluído na perspectiva do desvio, no que ficam constatadas as faltas ou dificuldades dos alunos (TACCA; GONZÁLEZ REY, 2008, p. 143).

Esse alerta em relação ao início do processo escolar está ligado a confiança, disposição e dedicação ao estudo e a diminuição ao longo da escolaridade dependendo do rendimento e expectativas depositadas nele são importantes aspectos que devemos considerar nos estudos em relação a evasão escolar.

O termo evasão é bastante complexo, os estudos de Santos Junior e Real (2017) nos ajudam nessa retomada através de seus levantamentos de pesquisas sobre evasão na educação superior, realizadas a partir da década de 1990 no país, constituindo o “Estado da Arte”.

Os autores destacam o aumento de 248.17% nas matrículas nos cursos superiores presenciais entre os anos de 1991 a 2010. Além da expansão de oferta de vagas, destacam a forma de ingresso através do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), “criado em 1998, também adquiriu relevância para o movimento de acesso em discussão, tendo modificado o modo de ingresso em instituições públicas e privadas do País por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), de 2009, o qual substituiu o vestibular em algumas IES, sobretudo nas federais” (SANTOS JUNIOR; REAL, 2017, p.399).

Santos Junior e Real (2017), apontam para o trabalho da Comissão instituída pela Sesu em 1995, que distinguiu três tipos para o processo de evasão, sendo eles evasão do curso, evasão da instituição e evasão do sistema de ensino superior:

evasão de curso, quando o estudante desliga-se do curso superior em situações diversas tais como abandono, desistência, transferência ou reopção, exclusão por norma institucional; evasão da instituição, quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado; e evasão do sistema de ensino superior, quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior (SANTOS JUNIOR; REAL, 2017, p.292).

Dessa forma eles consideram que “o trancamento de matrícula tem sido referenciado como uma modalidade de evasão temporária” (SANTOS JUNIOR; REAL, 2017, p.292), que ilustra bem o levantamento deste trabalho.

Os autores acreditam que os estudos sobre evasão na educação superior, embora ainda incipientes no Brasil, apresenta-se como importante tema de pesquisa, “em que o estabelecimento de um campo de discussão sólido poderá contribuir para melhor compreensão do processo, tornando-se fator imprescindível para a redução de seus índices, o que, em última instância, coopera para a ampliação do acesso à educação superior no país.” (SANTOS JUNIOR; REAL, 2017, p.397). Quanto maior for a compreensão sobre a temática, mais ferramentas para o seu controle será possível estabelecer.

Marques em seu artigo “A volta aos estudos dos alunos evadidos do ensino superior brasileiro”, realizou um levantamento utilizando os microdados do Censo da Educação Superior divulgados pelo Inep referente a 2019, como base nesses dados, o autor nos traz três novas informações a respeito do retorno dos estudantes à educação superior no Brasil, segundo ele:

A primeira contribuição deste trabalho é a informação sobre a quantidade de alunos que volta a estudar depois de se evadirem. Mais de 50% dos alunos evadidos do ensino superior voltam a estudar em algum momento. A segunda contribuição é a informação de que, os que voltam aos estudos, o fazem, em média, em menos de dois anos após se evadirem. A terceira contribuição foca na relação entre os cursos buscados após a evasão. A análise dos dados mostrou que, apesar do percentual de alunos que voltam para cursos da mesma área ser alto, o percentual de alunos que volta para cursos da mesma IES é baixo, além da quantidade considerável de alunos que, independentemente da área inicial, escolhem cursos na área de Comércio e Administração no retorno aos estudos após a evasão (MARQUES, 2020, p. 1074-1075).

Diante disso é necessário avançarmos nos estudos e distinguir os casos apontados, tendo claro as problemáticas temporárias da vida das pessoas que as fazem em algum momento abandonarem seus cursos, ainda que temporariamente. Avançamos ao constatar que o acompanhamento dos casos de evasão é essencial, pois como apontou Marques (2020, p. 1074-1075) os estudantes que retornam aos estudos o fazem em um tempo máximo de até dois anos, deixando evidente que quanto mais tempo longe dos bancos escolares, maiores são as dificuldades para o seu retorno. Outro aspecto destacado é o baixo retorno dos estudantes a Instituição de Ensino Superior, sendo que o retorno geralmente ocorre na mesma área abandonada, quando se muda de área de formação a procura por cursos na área de Comércio e Administração são as mais recorrentes representando um recomeço no processo formativo.

Direito à Educação

Considerando a educação um direito de todos, previsto na constituição, como um direito individual, independente de gênero, raça, condição econômica, deficiência, cor ou credo, faz-se necessário o Estado garantir este bem fundamental à sociedade, uma educação básica como meio de inserir o indivíduo de forma digna na esfera social.

De acordo com Teixeira, “A educação é o processo pelo qual o indivíduo se formará para a sociedade plural e múltipla a qual irá pertencer. Temos de fazer instituições educativas, integradas, humanas e pessoais na qual ingressará, com o viático de sua formação escolar.” (TEIXEIRA, 1967, p. 27).

Portanto, se faz mister oportunizar maneiras e formas de garantir o acesso à educação, em todos os níveis, garantindo a todos condições de igualdade e permanência para que possam prosseguir os estudos até os níveis mais altos, como as faculdades e universidades. A educação não deve ser tratada como um bem exclusivo para determinadas camadas da sociedade, mas como um direito fundamental para toda a população, pois se trata de um meio de inserção do indivíduo no âmbito social, destarte, cabe ao Estado organizar leis que resguardem os direitos da população, criando condições a todos, ao seu acesso e permanência.

Segundo a legislação brasileira, a responsabilidade pela educação é um dever da família e do Estado, devendo estes orientar a criança em seu percurso sócio educacional, conforme a LDB 9394/96 que define: “Art.2 A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para exercício da cidadania e na sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1996).

O direito a educação deve ser assegurado de maneira colaborativa entre a sociedade e o Estado, uma vez que a escolarização é uma das condições para o processo de democratização. De modo que, fica explícita a necessidade da cooperação de todos aqueles que estão envolvidos com a educação, para que possamos transpor a letra da Lei para a nossa realidade, sendo uma obrigação do Estado conjuntamente com a sociedade o combate à evasão escolar, possibilitando a formação do educando e sua inserção na sociedade. De acordo com Freire “A educação é uma forma de intervenção com mundo.” (FREIRE, 1996, p. 98), onde a educação acontece, acontece também a transformação.

Pandemia de Covid 19

No final do ano de 2019, começaram a ser divulgadas informações nas mídias sobre o aparecimento de um novo tipo de coronavírus, que acabou sendo denominado Covid- 19. Trata-se de uma infecção respiratória aguda, cujo agente transmissor é o coronavírus SARS-CoV-2, causador de uma infecção potencialmente grave, de transmissão rápida, que acabou sendo transmitida mundialmente, recebendo desta maneira a classificação de “Pandemia”.

Segundo a OMS(2020), os principais sintomas causados pelo coronavírus são:

febre, cansaço e tosse seca. Alguns pacientes podem apresentar dores, congestão nasal, dor de cabeça, conjuntivite, dor de garganta, diarreia, perda de paladar ou olfato, erupção cutânea na pele ou descoloração dos dedos das mãos ou dos pés. Esses sintomas geralmente são leves e começam gradualmente. Algumas pessoas são infectadas, mas apresentam apenas sintomas muito leves.

Destarte, o ano de 2020 iniciou-se de forma normal, seguindo o fluxo de calendário previsto para as escolas com o modelo de ensino presencial. Porém, com o avanço do Coronavírus pelo mundo, o Brasil teve um impacto inicial tanto na organização social, adotando regras de distanciamento, utilização de máscaras e álcool em gel, como também o impacto na organização escolar com a suspensão temporária das aulas e demais atividades acadêmicas.

O início da pandemia ocasionada pelo Covid-19 e a suspensão das aulas, promoveu uma mobilização do meio educacional e o setor entrou em uma crise de reestruturação. Porém, aos poucos, desenvolveu um conjunto de medidas subsequentes de carácter emergencial para evitar maiores impactos no ano letivo, destacando especialmente o incentivo ao acesso a Internet e utilização de meios eletrônicos para a continuidade dos estudos na modalidade de educação remota. Estas medidas foram adotadas para garantir à população uma educação básica, preservando os direitos e dignidade da população escolar.

Com efeito, a suspensão das atividades letivas presenciais, por todo o mundo, gerou a obrigatoriedade dos professores e estudantes migrarem para a realidade online, transferindo e transpondo metodologias e práticas pedagógicas típicas dos territórios físicos de aprendizagem, naquilo que tem sido designado por ensino remoto de emergência (MOREIRA; HENRIQUES; BARROS, 2020, p. 352).

No dia 12 de março de 2020 a reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) instituiu “um Comitê de Crise para analisar as medidas a serem tomadas no âmbito da Instituição em razão do COVID-19” (BRASIL, 2020a, p. 1). Um dia

após, a Portaria nº 941/2020 “Designa servidores para compor o comitê de crise relacionadas ao COVID-19” (BRASIL, 2020b, p. 1). Assim, em sua primeira ação, o comitê de crise

decidiu que as aulas serão mantidas no âmbito da Instituição, sabendo que: os câmpus e as pró-reitorias os quais, em análise da realidade local, constatem a necessidade de suspensão das aulas ou das atividades, poderá realizá-la, a qualquer momento, mediante comunicado oficial à Reitoria, por meio deste Comitê. (BRASIL, 2020c, p. 1)

Considerando que nesse período a Organização Mundial da Saúde (OMS) já havia confirmado o estado de Pandemia do Covid-19, algumas recomendações foram apontadas no mesmo documento, a saber:

Suspender temporariamente todas as atividades extracurriculares, como aulas inaugurais, posses, cerimônias e eventos acadêmicos. Evitar viagens internacionais não essenciais de docentes, discentes e técnicos administrativos. Aos que tenham retornado dessas viagens, mesmo que assintomáticos, é recomendado trabalho remoto (ou atividades educacionais a distância) por 14 dias [...] Priorizar a realização de reuniões virtuais, por videoconferência, webconferência e demais dispositivos a distância. (BRASIL, 2020c, p. 1-2)

Esse mesmo documento garantia aos estudantes que apresentassem suspeita de contaminação, a possibilidade de solicitar afastamento das atividades acadêmicas para adoção de medidas de isolamento, mediante notificação.

A equipe docente, após a notificação, sob a supervisão do Coordenador de Curso e da Direção de Ensino do Câmpus, deverá analisar os impactos pedagógicos sofridos pelo estudante em função de sua ausência e produzir um Plano de Estudos Individualizado (PEI), a ser encaminhado ao estudante, via e-mail, a fim de garantir os direitos do estudante e reduzir qualquer impacto em sua formação acadêmica. (BRASIL, 2020c, p. 3)

Porém, tais recomendações rapidamente se alteraram por meio da Nota nº 03, no dia 14 de março de 2020, em que o comitê de crise “decidiu pela suspensão de todas as aulas presenciais nos câmpus do IFSP, de 16 a 29 de março, podendo este prazo ser prorrogado de acordo com as necessidades e orientações das autoridades de saúde.” (BRASIL, 2020d, p. 1). Esta mesma Nota coloca os servidores em trabalho remoto e reforça a necessidade de realizar as reuniões por meios eletrônicos, respeitando o distanciamento social.

Conforme a situação da pandemia se agravava no Brasil, os casos de Covid-19 aumentaram de forma exponencial em diversos estados, incluindo o Estado de São Paulo. A resposta do o Governo do Estado de São Paulo, se dá por meio do Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, que “Decreta quarentena no Estado de São Paulo, no contexto da Pandemia do

COVID-19 (Novo Coronavírus), e dá providências complementares.” (SÃO PAULO, 2020, p. 1). Seguindo essa tendência e as orientações do Ministério da Saúde, o comitê de crise do IFSP resolve:

Art. 1º. Suspender por tempo indeterminado, a partir do dia 23/03/2020, as aulas presenciais e de Educação a Distância (EaD) de todos os câmpus no âmbito do IFSP, exceto as relacionadas no Parágrafo Único. Parágrafo único: Fica autorizada a continuidade das aulas em regime de EaD apenas para os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) já previstos e ofertados em sua integridade em EaD e para os cursos de Mestrado. (BRASIL, 2020e, p. 1-2)

Após a suspensão das aulas presenciais por tempo indeterminado, gradualmente se inicia a movimentação para adoção do ERE. A Portaria nº 1.426, de 03 de abril de 2020 “Autoriza a oferta de cursos de extensão aprovados na modalidade a distância por todos os câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP.” (BRASIL, 2020f, p. 1). A Portaria nº 2.070, de 29 de maio de 2020 mantém:

a suspensão parcial dos calendários acadêmicos dos cursos do IFSP, autorizando a continuidade de Cursos já ofertados em EaD, e de cursos que tenham carga horária em EaD previstas no PPC, mantém as demais atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão durante o período de distanciamento social decorrente do novo coronavírus COVID-19, e dá outras providências (BRASIL, 2020g, p. 1).

Essa portaria também permite que as aulas retornem de forma emergencial remota, uma vez que revoga a Portaria nº 1.200 de 23 de março de 2020, que mantinha suspensos os calendários de praticamente todos os cursos do IFSP. Por fim, a Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020 do Ministério da Educação (MEC) “Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19” (BRASIL, 2020h, p. 1). Esta portaria vem

autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em cursos regularmente autorizados, por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2020h, p. 1).

Dessa maneira, no período de três meses, de março e junho de 2020, entre a primeira nota do comitê de crise e a completa substituição das aulas presenciais pelo modelo emergencial remoto, o IFSP se organizou de forma a garantir a manutenção do direito à educação para seus

estudantes, utilizando os meios disponíveis e uma rápida adaptação de métodos pedagógicos para atingir este fim. Resta entender, quais foram os impactos destas mudanças repentinas sobre os estudantes desta instituição.

MÉTODOS

Estabeleceu-se como metodologia da presente pesquisa a análise da quantidade de solicitações de trancamento de matrículas realizadas pelos estudantes, direcionadas à secretaria de um Câmpus do IFSP, por meio do sistema Secretaria Online.

O sistema Secretaria Online

O Câmpus analisado oferece, desde 2018, atendimento aos estudantes por meio de um “balcão virtual”, que consiste em um sistema web denominado Secretaria Online, permitindo o acesso para o envio de solicitações em forma de requisição e acompanhamento do processo de resolução. Aos servidores, apresenta funcionalidades para interação com os estudantes, visualização das requisições abertas e acesso ao histórico de atendimento. E ao Câmpus oferece uma sólida base de conhecimento, permitindo a criação de relatórios que podem auxiliar na tomada de decisões e servir como fonte de dados para pesquisas como esta.

Sua implantação é fruto de um trabalho colaborativo entre três setores desse Câmpus: a Diretoria Adjunta Educacional (DAE), a Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA) e a Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI). O trabalho conjunto desses setores possibilitou realizar o levantamento de requisitos de atendimento da secretaria, formular as regras de negócio necessárias e modelar o sistema para atender às necessidades tanto dos estudantes, quanto dos servidores do Câmpus.

A Secretaria Online se baseia no *software Gestionnaire Libre de Parc Informatique* (GLPI), “uma solução de fonte aberta para gestão de chamados de *helpdesk*, [...] disponibilizada em <http://www.glpi-project.org>, por meio da licença GPL (*General Public License*), publicada pela *Free Software Foundation*” (ABREU et al, 2010, p.37).

A decisão de basear as soluções tecnológicas para as demandas do Câmpus em *Software Livre* é guiada pelo princípio de eficiência na administração pública, afinal, não geram custos com contratação de *softwares* proprietários nem longos processos licitatórios para aquisição.

O custo da implementação de uma infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação é alto, e há vários interesses comerciais diretamente envolvidos. A saída mais adequada é o investimento em soluções livres e gratuitas, que não geram custo para sua implantação e têm sido cada vez mais difundidas no meio tecnológico, principalmente em organizações públicas (SENO, 2017 p. 3).

Toda requisição aberta é associada a uma categoria selecionada pelo aluno, sendo um campo obrigatório para submissão do formulário. Atualmente, a Secretaria Online conta com um total de 24 diferentes categorias de requisição, sendo 22 para requisições diretas à secretaria, 1 para solicitação de auxílio estudantil e 1 para assuntos relacionados especificamente ao curso de Pós-Graduação. Assim, com a categorização, é possível configurar a execução automática de ações no GLPI a fim de direcionar o fluxo de atendimento e otimizar a resolução de requisições.

Considerando o contexto de pandemia e os objetivos deste artigo, baseamos nossa análise nas requisições da categoria Trancamento de Matrícula. Ao criar uma requisição desta categoria, o GLPI executa automaticamente uma regra de negócio chamada “Autorização de Cancelamento e Trancamento”, acionando simultaneamente os setores Coordenadoria de Biblioteca (CBI) e Coordenadoria Sociopedagógica (CSP), que devem aprovar a requisição do aluno. A aprovação da CBI está relacionada à inexistência de pendências do aluno com a biblioteca do Câmpus, como por exemplo a posse de livros retirados, e a aprovação da CSP é condicionada a realização de uma entrevista² a respeito dos motivos pessoais relacionados à requisição.

Sobre os dados

De acordo com os objetivos da pesquisa, foi estabelecido como critério metodológico a comparação de dados no período de um ano antes da pandemia e um ano após o seu início. Considerou-se a Portaria n.º 1.200, de 23 de março de 2020, que “Suspende o calendário

² Esta entrevista era realizada de forma presencial pelo setor, mas, com a migração para o trabalho remoto os estudantes ficaram dispensados do procedimento, devendo apenas discorrer os motivos do trancamento no formulário próprio do sistema Secretaria Online.

acadêmico de cursos do IFSP, mantém as demais atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão e dá outras providências” (BRASIL, 2020e, p.1) como ponto inicial para a comparação entre a quantidade de requisições da categoria “Trancamento de Matrícula” presentes na Secretaria Online, pois, foi a partir dessa portaria que houve de fato uma suspensão das atividades presenciais no Câmpus e início das alterações graduais que culminaram na substituição do ensino presencial pelo ERE.

Dessa maneira, foram sistematizados os dois períodos para comparação, atribuindo seus nomes para facilitar a apresentação do estudo:

- **Pré-Portaria 1200:** O período de um ano anterior à publicação da portaria que suspendeu as aulas presenciais, que compreende de 23 de março de 2019 a 22 de março de 2020. Nesse período, foram registradas 90 solicitações de trancamento de matrícula.

- **Pós-Portaria 1200:** O período de um ano posterior à publicação da portaria, que compreende de 23 de março de 2020 a 22 de março de 2021. Nesse período de um ano foram registradas 154 solicitações de trancamento de matrícula.

Uma vez obtido esse total de 154 requisições da categoria trancamento de matrícula no período Pós-Portaria 1200, iniciou-se a coleta dos textos informados pelos estudantes no campo “Descrição” do formulário de abertura dessas requisições, no qual o aluno fundamenta a sua solicitação, semelhante ao corpo de um e-mail. Essas informações foram copiadas para uma planilha, sobre a qual os pesquisadores iniciaram a análise qualitativa dos dados dividida em quatro etapas:

- A. Leitura dos textos informados no campo “Descrição” para identificar as requisições que possuíam fundamentação relacionada de forma explícita ao contexto de pandemia;
- B. Classificação das requisições relacionadas ao contexto de pandemia baseando-se no motivo geral associado ao trancamento de matrícula, que gerou duas macro-categorias nomeadas pelos autores: Ensino Remoto Emergencial e Pandemia;
- C. Refinamento da classificação das requisições divididas em macro-categorias, de acordo com motivos mais específicos informados pelos estudantes, que geraram as micro-categorias. A partir de “Ensino Remoto Emergencial” agrupamos as micro-categorias: Adaptação, Acesso, Aulas Presenciais, Prática e Insatisfação geral. Dentro de “Pandemia” identificamos as micro-categorias: Rotina, Trabalho e Saúde;

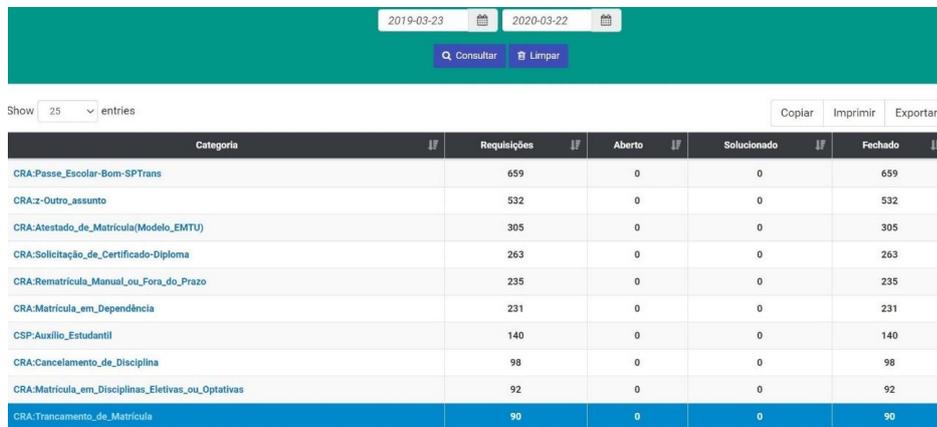
D. Análise qualitativa dos textos informados no campo “Descrição”, utilizando o *software MaxQDA* para elaboração de uma Nuvem de Palavras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Secretaria Online permite a elaboração de relatórios com base em parâmetros especificados pelo usuário. Em primeiro lugar, utilizando-se dos relatórios foi realizada uma análise quantitativa, comparando a quantidade de requisições da categoria Trancamento de Matrícula entre os períodos Pré-Portaria 1200 e Pós-Portaria 1200.

No período determinado como Pré-Portaria 1200 foi obtido um total de 90 requisições de trancamento de matrícula. A categoria de requisições ficou em 10º no *ranking* de requisições por categoria, como pode ser observado na figura a seguir:

Figura 1 – Quantidade de requisições por categoria na Secretaria Online no período Pré-Portaria 1200.



| Categoria | Requisições | Aberto | Solucionado | Fechado |
|--|-------------|--------|-------------|---------|
| CRA:Passo_Escolar-Bom-SPTrans | 659 | 0 | 0 | 659 |
| CRA:2-Outro_assunto | 532 | 0 | 0 | 532 |
| CRA:Atestado_de_Matrícula(Modelo_EMU) | 305 | 0 | 0 | 305 |
| CRA:Solicitação_de_Certificado-Diploma | 263 | 0 | 0 | 263 |
| CRA:Rematrícula_Manual_ou_Fora_do_Prazo | 235 | 0 | 0 | 235 |
| CRA:Matrícula_em_Dependência | 231 | 0 | 0 | 231 |
| CSP:Auxílio_Estudantil | 140 | 0 | 0 | 140 |
| CRA:Cancelamento_de_Disciplina | 98 | 0 | 0 | 98 |
| CRA:Matrícula_em_Disciplinas_Eletivas_ou_Optativas | 92 | 0 | 0 | 92 |
| CRA:Trancamento_de_Matrícula | 90 | 0 | 0 | 90 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Em comparação com o período Pós-Covid, foi obtido um total de 154 requisições de trancamento de matrícula. A categoria subiu da última para a terceira posição no *ranking* de requisições por categoria. Essa evolução, em comparação ao período anterior, representa um aumento de 71.11% na quantidade de requisições de trancamento de matrículas, no período de um ano após as alterações que culminaram na substituição do ensino presencial pelo ERE.

Figura 2 – Quantidade de requisições por categoria na Secretaria Online no período Pós-Portaria 1200.

| 2020-03-23 | 2021-03-22 | | | |
|---|-------------|--------|-------------|---------|
| <input type="button" value="Consultar"/> <input type="button" value="Limpar"/> | | | | |
| Show 25 entries | | | | |
| <input type="button" value="Copiar"/> <input type="button" value="Imprimir"/> <input type="button" value="Exportar"/> | | | | |
| Categoria | Requisições | Aberto | Solucionado | Fechado |
| CRA:z-Outro_assunto | 325 | 1 | 35 | 289 |
| CRA:Solicitação_de_Certificado-Diploma | 282 | 6 | 63 | 213 |
| CRA:Trancamento_de_Matricula | 154 | 0 | 43 | 111 |
| CRA:Matricula_em_Dependência | 125 | 0 | 7 | 118 |
| CRA:e-mail institucional (menor de idade) | 67 | 0 | 1 | 66 |
| CRA:Rematricula_Manual_ou_Fora_do_Prazo | 63 | 0 | 8 | 55 |
| CRA:Passo_Escolar-Bom-SPTTrans | 55 | 0 | 10 | 45 |
| CRA:Matricula_em_Disciplinas_Eletivas_ou_Optativas | 54 | 0 | 6 | 48 |
| CRA:Cancelamento_de_Disciplina | 39 | 0 | 8 | 31 |
| CRA:Antecipação_de_Disciplina | 37 | 0 | 3 | 34 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Na primeira etapa, identificou-se que, do total de 154 requisições no período Pós-Portaria 1200, 62 foram motivadas pelo contexto de pandemia, considerando a fundamentação informada pelo aluno solicitante no campo “Descrição” dessas requisições. Tomou-se o cuidado de selecionar apenas as ocorrências que associavam explicitamente às alterações impostas pela Pandemia do Covid-19, desconsiderando as 92 requisições de trancamento restantes para as próximas etapas desta análise, uma vez que apresentavam motivos vagos, tais como “motivos pessoais” e não associavam de forma explícita ao contexto atual.

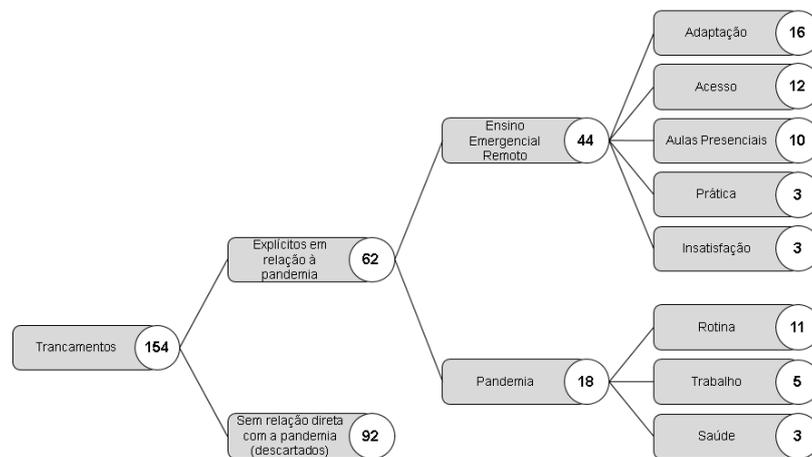
Dessa maneira, as 62 requisições com textos associando explicitamente a necessidade do trancamento ao contexto de pandemia, que representam 40,25% do total de requisições da categoria trancamento de matrícula no período Pós-Portaria 1200, foram separadas em uma nova planilha para a etapa seguinte da análise qualitativa.

Na segunda etapa da análise qualitativa, que objetivou a captura e agrupamento dos principais sentidos dos motivos associados ao aumento do número de requisições de trancamento de matrícula, percebeu-se a similaridade entre os motivos apontados, dividindo essas 62 requisições em duas macro-categorias:

- A. ENSINO REMOTO EMERGENCIAL, que contém os trancamentos relacionados à alteração das aulas presenciais para ERE, com um total de 44 ocorrências;
- B. PANDEMIA, que contém os trancamentos associados aos impactos externos impostos pela Covid19, totalizando 18 ocorrências.

Com base nesses dois grandes grupos, foi possível na terceira etapa de análise qualitativa distribuir as requisições de trancamento de matrícula em Micro-Categorias, representada a seguir:

Figura 3 – Resultado da Análise Qualitativa das solicitações de trancamento de matrícula no período Pós-Portaria 1200.



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Estes motivos foram identificados a partir das especificidades informadas pelo requisitante. Suas descrições detalhadas são apresentadas a seguir:

Para a macro-categoria Ensino Remoto Emergencial, foram agrupadas todas as solicitações associadas a questões e dificuldades dos estudantes com essa modalidade e obtivemos um total de 44 ocorrências, divididas nas micro-categorias:

- **ADAPTAÇÃO** - os estudantes informam dificuldade de adaptação ao ERE e consequente baixa produtividade, por considerarem não possuir capacidade para acompanhar aulas remotas, não se habituarem ao sistema ou à dinâmica do ERE. Representa 16 do total de 44.
- **ACESSO** - dificuldade de acesso às aulas remotas relacionadas à infraestrutura da qual o aluno não dispõe como a falta de um link de internet adequado, computador, celular ou outro dispositivo eletrônico compatível com os requisitos de acesso aos conteúdos disponibilizados. Também foi associado à falta de um ambiente adequado para estudos em sua residência. Representa 12 do total de 44.

- AULAS PRESENCIAIS - sem apresentarem maiores motivos, os estudantes expressam de forma direta e sucinta o desejo de retornar ao curso quando ocorrer o retorno às aulas presenciais. Representa 10 do total de 44.
- PRÁTICA - Os estudantes associam a falta de aulas práticas em laboratórios como fator impeditivo para o correto desenvolvimento de habilidades consideradas essenciais a um profissional da área do curso em que estão matriculados. Representa 3 do total de 44.
- INSATISFAÇÃO - Os estudantes apresentam insatisfação geral com o ERE, por entenderem que as aulas remotas não estão apresentando qualidade satisfatória, ou por considerarem a modalidade pouco proveitosa. Representa 3 do total de 44.

Para a macro-categoria Pandemia, quando o aluno associa a solicitação de trancamento de matrícula à necessidade de adaptação à nova realidade, ou por motivos pessoais explicitamente relacionados à pandemia, foi obtido um total de 18 ocorrências, divididas nas micro-categorias a seguir:

- ROTINA - Alterações no ambiente domiciliar, com todos os moradores ocupando o ambiente ao mesmo tempo devido às restrições de locomoção e recomendações de isolamento social impostas como forma de combate à pandemia. Representa 11 do total de 18.
- TRABALHO - Dificuldade de conciliar trabalho e estudo no período da pandemia. Alterações na rotina do trabalho, devido a pandemia, que ocasionaram aumento de carga horária e acabaram por impactar nos estudos. Ou mesmo a perda do emprego devido às alterações econômicas inseridas pelas alterações na sociedade com a adoção de medidas restritivas. Representa 5 do total de 18.
- SAÚDE - Os estudantes relatam a necessidade de trancar o curso devido aos impactos da pandemia em sua saúde, citando a infecção pelo Covid que impossibilitou a continuidade dos estudos e a preocupação com o contexto global que levou a crises de ansiedade. Representa 2 do total de 18.

Esse levantamento permitiu compreender que a adoção do ERE impactou de diferentes maneiras os estudantes desse Câmpus do IFSP. Alguns informaram como fator impeditivo de continuidade nas aulas a dificuldade na adaptação ao novo modelo de ensino. Outros associaram o trancamento da matrícula a questões de infraestrutura como acesso a um bom link de internet, ou a equipamentos capazes de atender ao exigido pelas plataformas de ensino online, em especial aqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social.

Muitos estudantes condicionaram a manutenção do curso ao retorno das atividades presenciais, com receio de perderem oportunidades de vivenciar aulas práticas, importantes para o desenvolvimento das habilidades profissionais pretendidas. Alguns apresentaram uma insatisfação geral com o modelo de ERE e o consideraram pouco produtivo.

Ainda de acordo com os requerimentos, muitos estudantes sofreram os impactos diretos da pandemia, que alterou suas rotinas e lares, repercutindo também no âmbito da saúde mental. Identificou-se também que alguns perderam o emprego, ou passaram a trabalhar em ritmo mais exigente devido reduções de quadro, cujas funções acabaram por acumular para os funcionários remanescentes.

Conforme demonstrado, os motivos são diversos, muitas vezes únicos. Dessa maneira, cada caso deve ser analisado, considerando todas suas especificidades. Para Tacca e González Rey (2008), essas singularidades se devem ao fato de que

as pessoas não se comportam de forma homogênea, mas constituem-se no âmago da diversidade de seus processos psicológicos, que incluem aspectos cognitivos, emocionais e habilidades bem como todo um cenário e contexto que oportunizam diferentes sugestões e formas de aprender (TACCA; GONZÁLEZ REY, 2008, p.141).

Partindo desse ponto é necessário lançar olhares singulares, sugerimos que, nessa avaliação de forma individualizada, sejam consideradas as questões de infraestrutura presentes nos domicílios dos estudantes e, caso sejam impeditivas na continuidade dos cursos, intervenções devem ser pensadas. Recomenda-se entre tantas outras ações: cessão de equipamentos, auxílio para contratação de link de internet, suporte remoto para solução de dúvidas relacionadas ao uso de sistemas e capacitações por meio de manuais ou videoaulas disponíveis aos estudantes, contendo tutoriais de como acessar as ferramentas, como e para qual endereço de e-mail enviar suas dúvidas. Segundo Spinosa (2003), é importante que existam políticas voltadas para a permanência dos estudantes, como o fortalecimento de apoio financeiro, considera-se essencial esse aspecto no processo de formação dos estudantes em vulnerabilidade social, pois sem essas políticas a conclusão do curso pode se tornar um sonho distante.

Costa (2013) conclui que “diante dos obstáculos encontrados para se obter uma educação de qualidade, os jovens continuam defendendo a escola como possibilidade de mobilidade social, justificando em suas ações as razões de seus fracassos escolares.” (COSTA, 2013, p. 93). A escola ainda é única possibilidade de melhoria da condição material de vida dos

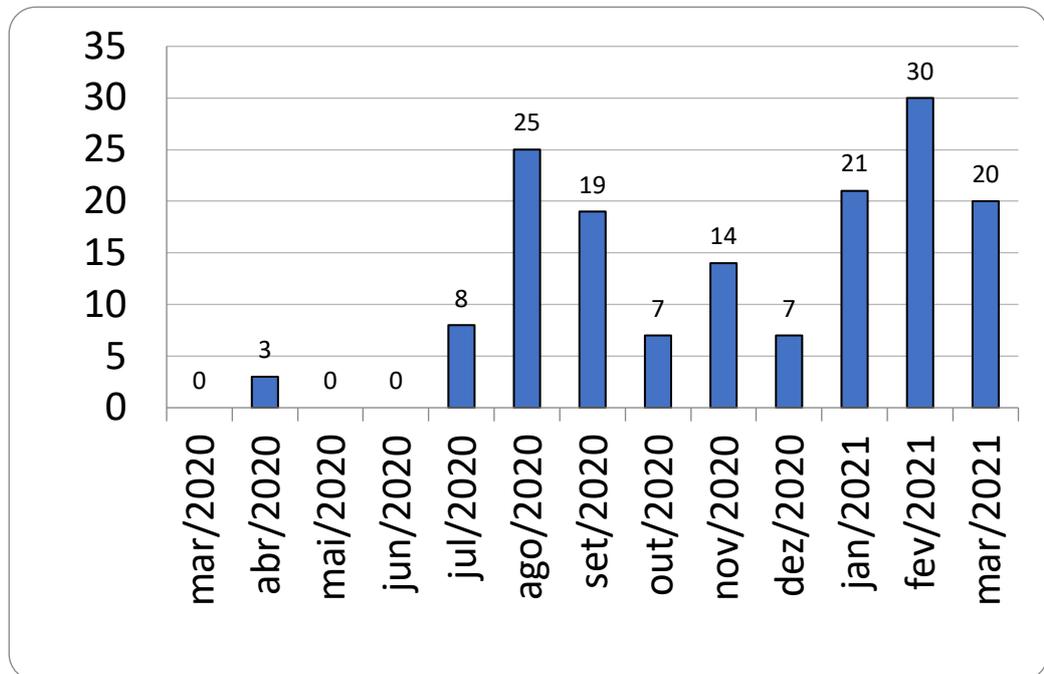
Ao redor observa-se palavras como “casa”, “hospital”, “trabalho” e “problemas” revelando muitas vezes angústias e desafios presentes nas vidas desses estudantes. Apesar de ser possível analisar de forma quantitativa os dados obtidos com um único tipo de solicitação dos estudantes nesse período, de forma a agrupar em conjuntos de acordo com as similaridades, a análise qualitativa permite entender como única cada uma dessas solicitações. Cada uma delas representa uma realidade impactada de forma diferente pela pandemia, e cabe aos educadores oferecer um olhar sensível a essas realidades e tentar, na medida do possível, atender cada caso de forma separada e específica para aquelas necessidades manifestadas, de forma a garantir o pleno direito à educação nesse difícil período da história da humanidade, que em breve será superado.

Complementarmente, foi extraído do sistema também um relatório de trancamentos de matrícula divididos por mês no período Pós-Portaria 1200, com o objetivo de identificar em que momento a pandemia mais impactou no aumento da quantidade de solicitações feitas pelos estudantes.

Dessa maneira, percebeu-se que logo após a suspensão das aulas presenciais no mês de março de 2020, em abril tivemos as primeiras três solicitações de trancamento de matrícula. Nos próximos meses, maio e junho não foram registradas solicitações de trancamento de matrícula, uma vez que as aulas estavam suspensas.

Considerando que o IFSP só aderiu completamente ao ERE na segunda quinzena de junho, com a Portaria MEC nº 544/ 2020, os impactos dessa alteração só começaram a surgir no mês de julho, subsequente à alteração para o ERE, no qual registramos oito solicitações, de forma a iniciar um padrão que se manteve alto no número de solicitações de trancamento de matrícula até o fim do período analisado, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Quantidade de trancamentos divididos por mês no período Pós-Portaria
1200



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Dessa maneira, compreende-se que existe um paralelo entre a adoção de medidas restritivas e o aumento no número de solicitações de matrícula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia causada pela Covid-19 nos encaminhou a um cenário novo, incerto e de muitas mudanças, algumas pessoas tiveram um maior impacto em relação a renda e a organização social e familiar. Em nosso trabalho buscamos compreender a relação da evasão e as medidas de restrição e isolamento social, para isso, utilizamos uma abordagem quantitativa para análise de solicitações de trancamento de matrícula, após início do ERE. Esta análise nos permitiu agrupar os motivos informados pelos estudantes em categorias, auxiliando na compreensão de suas realidades e das maneiras que tais mudanças impactaram diretamente sobre suas vidas acadêmicas.

Durante o período de março de 2020 à março de 2021 foram recebidas 154 requisições para trancamento de matrícula, representando um aumento de 71,11% em comparação ao

período de março de 2019 à março de 2020. Destas, 62 requisições continham na descrição dos motivos, termos que associavam explicitamente a necessidade do trancamento ao contexto da pandemia, representando 40,25% do total de requisições do período analisado. Na segunda etapa da análise, em uma abordagem qualitativa, os motivos descritos pelos estudantes foram subdivididos em duas macro-categorias: Ensino Remoto Emergencial (44 ocorrências) e Pandemia (18 ocorrências). A primeira categoria concentrou a descrição de motivos relacionados à adaptação, acesso, aulas presenciais, aulas práticas e insatisfação. Já a segunda categoria obteve na descrição dos motivos causas como a rotina, trabalho e saúde. A terceira etapa da pesquisa consistiu na análise quantitativa da frequência de palavras utilizadas nos textos informados no campo “Descrição”, utilizando o *software MaxQDA* para elaboração de uma Nuvem de Palavras. Esta análise permitiu ilustrar a centralidade da Pandemia Covid-19 e seus impactos em diversos âmbitos da vida destes estudantes. Complementarmente, a última análise relacionou o aumento progressivo de solicitações de trancamento a retomada das atividades acadêmicas que estavam suspensas e culminaram na substituição do ensino presencial pelo ERE.

Algumas limitações do estudo podem ser sinalizadas pela impossibilidade de apurar se as 92 requisições desconsideradas na análise, devido à falta de relação explícita com a pandemia e o ERE, também envolviam algum desses fatores. Muitos estudantes não foram ouvidos em relação ao real motivo, pois houve dispensa de entrevista realizada anteriormente no modelo presencial, utilizando apenas a informação inserida no campo “descrição” pelo estudante. Nesse aspecto, faz-se necessário uma reorganização do sistema, destacando a importância de uma descrição mais detalhada dos motivos do requerimento de trancamento, como um aspecto importante a ser analisado pelos servidores nas etapas de deferimento ou indeferimento da solicitação.

A partir das análises, o estudo evidenciou a diversidade das dificuldades enfrentadas pelos estudantes em decorrência dos impactos da pandemia na vida pessoal, refletindo-se na vida acadêmica. Também ficou evidente a relação da implantação do ERE e a opção pelo trancamento, caracterizando a evasão temporária. Esperamos que este estudo possa subsidiar outras pesquisas e intervenções que visem acompanhar os estudantes que se encontram com dificuldades de manter a matrícula ativa e também aqueles que se afastaram, de forma a abreviar

o tempo para seu retorno, garantindo o direito ao acesso e permanência em uma instituição de educação pública de qualidade.

REFERÊNCIAS

ABREU et al. Uso de software livre para gestão do serviço de atendimento ao usuário de TI no INMETRO. In: **XI Workshop de Software Livre**, Porto Alegre, 2010. p. 34.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 24 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Comitê de Crise. Nota Nº 01, de 12 de março de 2020.** 2020a. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Comites/Covid19/Nota_do_Comit_de_Crise_N_01_d_e_12_de_marco_de_2020.pdf Acesso em: 24 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Portaria nº 941, de 13 de março de 2020. Designa servidores para compor o comitê de crise relacionadas ao COVID-19.** 2020b. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Comites/Covid19/portariacomite.pdf> Acesso em: 24. Jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Comitê de Crise. Nota Nº 02, de 12 de março de 2020.** 2020c. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Comites/Covid19/Nota_do_Comit_de_Crise_N_02_d_e_13_de_marco_de_2020.pdf Acesso em: 24 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Comitê de Crise. Nota Nº 03, de 14 de março de 2020.** 2020d. Disponível em: < https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Comites/Covid19/Nota_do_Comit_de_Crise_N_03_d_e_14_de_marco_de_2020.pdf Acesso em: 24 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Portaria nº 1.200, de 23 de março de 2020. Suspende o calendário acadêmico de cursos do IFSP, mantém as demais atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão e dá outras providências.** 2020e. Disponível em: < <https://ifsp.edu.br/images/reitoria/Portarias/2020/portaria1200.pdf> Acesso em 24 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Portaria nº 1.426, de 03 de abril de 2020. Autoriza a oferta de cursos de extensão aprovados na modalidade a distância por todos os câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP.** 2020f. Disponível em: https://ifsp.edu.br/images/reitoria/Comites/Covid19/Comite/20200403_RESOLVE.pdf Acesso em: 24 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Portaria n.º 2.070, de 29 de maio de 2020. Manter a suspensão parcial dos calendários acadêmicos dos cursos do IFSP, autorizando a continuidade de Cursos já ofertados em EaD, e de cursos que tenham carga horária em EaD previstas no PPC, mantém as demais atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão durante o período de distanciamento social decorrente do novocoronavírus COVID-19, e dá outras providências.**

2020g. Disponível em: <

https://prc.ifsp.edu.br/images//DRG/2020/MAI_PORT_2070_Manter_suspensao_parcial_calendarios_academicos_manter_demais_atividades_relacionadas_ao_ensino_pesquisa_e_extensao_perodo_de_pandemia_GAB.pdf Acesso em: 24 jul. 2021.

COSTA, M. B. Quando os jovens retornam à escola: os sentidos da EJA em seus percursos biográficos. In: CARVALHO, M. P. (Org.) **Diferenças e desigualdades na escola** [livro eletrônico]. Campinas, SP: Papyrus: 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à práticas educativa**: São Paulo: Paz e Terra, 1996, coleção leitura.

MARQUES, Felipe Tumenas. A volta aos estudos dos alunos evadidos do ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 178, p. 1061-1077, out./dez. 2020. <https://doi.org/10.1590/198053147158>

MOREIRA, J. Antônio; HENRIQUES, Susana; BARROS, Daniela Melaré Vieira. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. **Dialogia**, p. 351-364, 2020.

OMS. Organização Mundial da Saúde. OPAS. Organização Pan-americana da saúde. **Folha informativa sobre COVID-19**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19> Acesso em: 22 jul. 2021.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020. Decreta quarentena no Estado de São Paulo, no contexto da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus), e dá providências complementares. 2020. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-64881-22.03.2020.html> Acesso em: 24 jul. 2021.

SANTOS JUNIOR, J.S.S.; REAL, G.C.M. A evasão na educação superior: o estado da arte das pesquisas no Brasil a partir de 1990. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 22, n. 2, p.385-402, 2017. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772017000200007>. Acesso em 25 jul. 2021.

SPINOSA, M. C. P. Vestibular. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, ago. 2003

TACA, M. C. V. R; GONÇALEZ REY, F. Produção de sentido subjetivo: as singularidades dos alunos no processo de aprender. **Psicologia e Profissão**. v. 28, n. 1, p. 138-161, mar.



2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932008000100011>. Acesso em 25 jul. 2021.

TEIXEIRA, A. S. **Educação é um direito**. São Paulo - Editora Nacional: 1967.